



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12171 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 14 - Sociologia da Educação

A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES PAULISTAS

Alexsandro do Nascimento Santos - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

Virgílio Lisboa do Val - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

Daniel Rômulo de Carvalho Rocha - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES PAULISTAS

Esta comunicação apresenta resultados preliminares de pesquisa inscrita no campo de estudos sobre implementação de políticas educacionais e cujo objeto de investigação foi o processo de implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e suas relações com as desigualdades socioeconômicas e socioespaciais, em escolas públicas da Capital e Região Metropolitana de São Paulo. Estivemos dedicados a analisar, interpretar e compreender: a) o grau de conhecimento desses profissionais a respeito dos princípios, objetivos e das principais estratégias declaradas nesta política pública; b) o grau de adesão dos profissionais à política e c) a percepção dos profissionais a respeito dos conflitos e ambiguidades no processo de implementação do NEM nos seus contextos de atuação; considerando as diferenças e semelhanças entre escolas que vivenciam contextos de maior vulnerabilidade social com escolas que vivenciam contextos menos vulneráveis.

O NEM foi instituído pela Medida Provisória nº 746/2016 e consolidado com a Lei Federal nº 13.415/2017 e com a Resolução nº 3/2018, do Conselho Nacional de Educação. A partir dessas balizas, cada estado precisou criar e atualizar normas específicas de seu sistemas de ensino para complementar a arquitetura jurídica iniciada em nível nacional e desenhar e implementar ações, projetos e programas capazes de realizar os objetivos e determinações normativas do NEM. Em São Paulo, o Conselho Estadual de Educação publicou a Indicação CEE nº 179/2019 e a Resolução CEE nº 186/2020. Com base nelas, a Secretaria de Educação editou 21 resoluções e 49 portarias para organizar o processo de implementação, nas quais foram estabelecidos procedimentos operacionais e de gestão em nível de sistema de ensino

bem como atribuições e procedimentos de gestão regional, gestão escolar e gestão pedagógica.

A literatura sobre implementação de políticas públicas sinaliza a complexidade inerente às reformas educacionais. São empreendimentos caracterizados por tensões em torno manutenção/ajuste/eliminação de institucionalidades estabelecidas e por restrições orçamentárias, legais e de capacidades estatais (BATISTA FILHO, 2021). Também possuem alto grau de incerteza e suas chances de sucesso dependem da gestão dos diferentes graus de discricionariedade exercidos por servidores públicos. (OLIVEIRA e ABRUCIO, 2018; LOTTA 2019). Longe de serem comandos que se realizam automaticamente, as decisões, procedimentos e fluxos de trabalho formulados nas reformas educacionais precisam de esforços sistemáticos, consistentes e recorrentes de comunicação, controle e incentivos para que sejam assumidos como legítimos e passem a ser realizadas pelos profissionais da administração pública. O modelo ambiguidade-conflito, (MATTLAND, 1995) nos permite explicitar e interpretar parte desse processo. Ele supera perspectivas antagônicas sobre a implementação de políticas públicas centradas exclusivamente na perspectiva dos formuladores e dirigentes (*top-down*) ou dos implementadores de diferentes níveis (*bottom-up*), permitindo um olhar para o processo de negociação, mediação e interação entre esses dois polos. Na investigação em tela, assumimos este modelo para analisar a implementação do NEM em 48 escolas, divididas em três agrupamentos de acordo com padrões específicos de vulnerabilidade social.

A pesquisa adotou abordagem híbrida (quanti-quali) e a amostra de escolas foi composta por adesão das equipes gestoras a uma chamada pública, feita pelos pesquisadores, nas redes sociais (amostra de conveniência). Para agrupar as escolas em termos de vulnerabilidade social, identificamos o percentual de estudantes, em cada escola, cujas famílias estavam inscritas no CadÚnico em 2020. Criamos três grupos: a) 20 escolas nas quais 75% ou mais dos estudantes cujas famílias estavam no CadÚnico; b) 18 escolas nas quais 50% a 74% dos estudantes estavam nessa condição e c) 10 escolas em que menos de 50% dos estudantes atendiam este critério.

Aplicamos um questionário com 46 itens. O constructo *compreensão* foi formado por 18 itens, (alfa de cronbach 0,82) que buscaram investigar o conhecimento dos profissionais sobre o NEM. O constructo *adesão* foi composto também por 18 itens (alfa de cronbach 0,84) que estavam relacionados à concordância dos agentes com os princípios, objetivos e estratégias e à realização cotidiana de certas rotinas previstas no NEM. Por fim, para mapear e identificar os conflitos e ambiguidades percebidos pelos profissionais no processo de implementação foram elaborados 10 itens (alfa de cronbach 0,68). O questionário foi respondido por 591 profissionais, sendo 503 professores e 88 gestores.

Após a análise, as escolas foram classificadas em três padrões de compreensão e três padrões de adesão (alto, médio, baixo). Essa classificação foi estratificada de acordo com os agrupamentos por nível de vulnerabilidade social. A tabela abaixo mostra a distribuição

percentual das escolas em cada nível de vulnerabilidade nos padrões de compreensão e adesão:

Tabela 1: Padrões de compreensão e adesão por níveis de vulnerabilidade

Nível de Vulnerabilidade	Padrão de Compreensão			Padrão de Adesão		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Baixo	20%	30%	50%	30%	30%	40%
Médio	33%	55%	12%	39%	44%	17%
Alto	65%	25%	10%	55%	35%	10%

Fonte: elaboração própria

Os dados indicam que o grau de compreensão dos profissionais sobre o NEM e seu grau de adesão aos princípios, objetivos e recomendações declaradas na política é menor nas escolas que atendem os estudantes mais pobres, localizadas geralmente em territórios mais fragilizados. Inversamente, a tendência localizada na pesquisa indica que quanto menor o grau de vulnerabilidade social dos estudantes, maior o grau de compreensão e adesão dos profissionais ao NEM.

Do ponto de vista dos conflitos e das ambiguidades, o comportamento é semelhante: em 64% das escolas classificadas no nível mais baixo de vulnerabilidade, os padrões de conflito e e ambiguidade foram identificados como baixos. 54% das escolas classificadas no padrão médio de vulnerabilidade apresentam padrão baixo de conflito e padrão médio de ambiguidades. Nas escolas classificadas no nível mais alto de vulnerabilidade, 81% apresentam padrão alto de conflitos e 72% apresentam nível alto de ambiguidade.

Embora ainda preliminares, as análises permitem concluir que existem associações importantes entre a vulnerabilidade social presente nas escolas e: a) graus dificuldades no processo de implementação do NEM e b) variações na compreensão e adesão dos professores e gestores a esta política pública. Tais indícios explicitam a necessidade ampliarmos pesquisas de natureza qualitativa a fim de compreender as razões desse fenômeno a fim de subsidiar processos mais assertivos e efetivos de formulação e implementação de políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, O. N. **Reformas educacionais de terceira geração e sua efetividade: o debate teórico à luz dos casos cearense e pernambucano.** Dissertação de Mestrado (Gestão e Políticas Públicas). EAESP-FGV, São Paulo, 2021.

LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: ENAP, 2019.

MATLAND, R. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-con-flict model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; ABRUCIO, Fernando Luiz. Burocracia de médio escalão e

diretores de escola: um novo olhar sobre o conceito. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: IPEA: ENAP, 2018. p. 207-226.